

# História de amor e saudade



» JOSÉ SARNEY  
Ex-presidente da República,  
escritor e imortal da Academia  
Brasileira de Letras

Este espaço é dos leitores. Não deve expressar sentimentos que sejam pessoais, por mais justificáveis que sejam. Mas o meu tema de hoje, embora pessoal, é daqueles que merecem uma meditação universal: a relação entre pais e filhos, os valores da família, o amor e a morte.

Minha mãe, se estivesse viva hoje, dia do seu aniversário, 4 de julho de 2025, faria 114 anos. Por ela vou orar em missa que mandei celebrar em sua memória na Rede Vida e na igreja que ela pediu para construir, com a invocação de Nossa Senhora, hoje Igreja de São Luís Rei de França, que inspirou o nome da capital do Maranhão.

A visibilidade pública cria um estereótipo do político como sendo uma alma de gelo, com a vaidade de parecer forte e invulnerável, de ser um fingidor da “dor que deveras sente”. Felizmente, tenho todos os defeitos das mais frágeis e indefesas criaturas, as fraquezas do amar e do sentir.

Minha relação com minha mãe sempre foi muito forte. Era devoção e segurança. Meu pai morreu ce-

do, mas recebi a graça de ver minha mãe chegar aos 92 anos. Mas não há tempo nem idade para aceitar a morte. Evitava essa ideia. Hoje, sinto como é difícil o meu mundo sem a sua presença. Os vínculos com meus antepassados acabaram-se com minha mãe. Todos estão mortos. Meus ombros pesam nas incertezas das raízes que agora sou e que amanhã também morrerão para crescerem outras, que um dia também se renovarão no mistério da vida.

Tenho outras confissões. Junto à minha mãe, não conseguia envelhecer. Julgava-me sempre o menino do seu carinho, um velho de 74 anos no tempo de filho, sem idade. É esse mundo que acabou.

Fui testemunha da sua vida e do seu exemplo. Menina, aos 14 anos, num desses dramas que separaram as famílias, com seu forte caráter, ficou ao lado do pai, meu avô, e com ele saiu de Correntes, em Pernambuco, fugindo das secas em busca dos vales úmidos do Maranhão. Fugia da seca e do destino. De saúde frágil, viveu a pobreza mais dura. Nunca ninguém ouviu de seus lábios um lamento, nunca alterou a voz, nunca discutiu com ninguém. Ensinava pelo exemplo. Nas crises falava pelo silêncio.

Sei que existe fé porque vi minha mãe professar a fé com a força de todas as crenças. Sei o que é ser cristão porque ela era cristã: amava a todos, oferecia a outra face do rosto, sabia o que era o próximo no exercício da oculta caridade. Sei o que é a força da oração porque vi minha mãe orar a vida inteira e tudo conseguir orando, dias e noites

agarrada às contas do terço e com os olhos “nos olhos do crucificado”.

Sua casa sempre foi cheia dos filhos, netos, bisnetos, tataranetos e dos filhos que adotou e criou e de todos que dela recebiam carinho e abrigo. Nunca deixou que o poder entrasse em sua casa, nunca lhe ofereceu cadeira larga na varanda. Ninguém conhece um gesto seu de interferência, uma atitude de ressentimento ou de censura. Mas não faltou nunca a predicação dos valores morais, da ponderação, do equilíbrio, do respeito às pessoas. Era pobre porque nunca quis ter nada. Sua casa era um exemplo de simplicidade e despojamento. As luzes que a enfeitavam eram suas velas e candeias.

Era uma mulher forte-frágil. Deus deu-lhe a graça de chegar ao fim da vida sem o menor sinal de senilidade. Sua cabeça era límpida e clara. Escreveu carta aos filhos. Era uma canção de gratidão pela vida, de agradecimento a Deus. Seu pedido: que fosse enterrada no mais simples caixão, com sandálias e num pobre vestido branco, que, às escondidas, com a cumplicidade de uma filha, mandara fazer. Que os filhos continuassem a manter os pobres que ajudava. Seu pedido será sempre atendido. Ela está no céu. Para mim é santa de altar.

Ela bem merecia aquilo que Bandeira escreveu em Irene no céu: “Pode entrar, você não precisa pedir licença”.

Esta é uma história de amor de um menino de 95 anos que não tem mais seu tesouro, e uma saudade que não passa permanece em seu coração, em sua alma, em sua vida.

## Conexão humana: questão de sobrevivência



» JANGUÊ DINIZ  
Fundador e presidente  
do Conselho de  
Administração do  
grupo Ser Educacional,  
Fundador da JD Business  
Academy, presidente  
do Instituto Êxito de  
Empreendedorismo

Chega a ser clichê dizer hoje que “ninguém é uma ilha”. Apesar de ser senso comum, essa é uma verdade que alguns insistem em ignorar em algumas situações, como na construção de uma carreira ou na expansão de um empreendimento. Mas, se temos essa necessidade tão premente de nos relacionarmos e conectarmos, é porque, lá atrás, na origem da espécie, estar junto e unir-se a outras pessoas chegou a ser questão mesmo de sobrevivência — o primeiro mais essencial da palavra, de perpetuação da vida frente a ameaças do mundo.

A teoria da evolução, de Charles Darwin e Alfred Russel Wallace, representa um dos conceitos fundamentais da biologia. Essa teoria, metodologicamente, estruturou a explicação de como as espécies mudaram ao longo do tempo e como cada uma delas surgiu, fundamentando-se em pilares como: descendência com modificação, seleção natural, variação genética, especiação e evidências da evolução. O principal pilar da teoria indica que as espécies mudam ao longo do tempo por meio do processo de seleção natural (este apenas um dos fatores evolutivos).

Há uma ampla gama de evidências que apoia a teoria da evolução, mas esta não é suficiente para a compreensão total do cenário evolutivo humano. É necessário considerar outras perspectivas que, em conjunto, possam nos informar, por exemplo, sobre como ocorreram as primeiras interações sociais. Assim, ao sair um pouco do cenário biológico/genético e fazer um paralelo com fatores histórico-sociais, percebemos que as primeiras interações sociais remontam aos primórdios da existência humana, quando os primeiros homínidos começaram a viver em grupo. Essas interações eram fundamentais para a sobrevivência, pois os grupos colaboravam na obtenção de alimentos, na proteção contra predadores e em outras atividades essenciais para a vida. Ainda hoje, interagir e gerar conexões se reflete em questão de sobrevivência.

Estima-se que, inicialmente, os seres humanos viviam isoladamente e, devido às necessidades inerentes à sobrevivência, começaram a se comunicar com outros por meios não verbais, usando gestos, expressões faciais e vocalizações. Os homínidos de então perceberam, seja por instinto, seja por inteligência, que o estilo de vida isolado não mais lhes serviria. Era preciso se unir a outros para poder gerar mais força e colaborar. Foi o início do que hoje chamamos de sociedade. E assim é até hoje: a necessidade de sobrevivência nos guia à conexão.

Podemos entender sobrevivência de diversas formas, desde a mais básica, relacionada à vida, à sobrevivência profissional ou empresarial, no caso da perpetuação de uma carreira ou de um negócio. Falando especificamente da seara do empreendedorismo, fica nítido que, primeiramente, ninguém faz nada sozinho. Não há empresa formada por um único homem. Nem mesmo profissionais liberais atuam de forma 100% independente. Precisamos uns dos outros.

Costuma-se chamar essa prática de gerar conexões profissionais (ou meramente sociais) de networking. E, sim, esse é um dos pilares de uma carreira bem construída ou de um negócio com potencial de expansão. O networking permite abrir novas frentes, alcançar oportunidades, conhecer pessoas e talentos que somem ao seu propósito. Agora, há sempre que ter em mente que o networking não é mera troca de cartões ou favores. É preciso ser honesto, genuíno, altruísta. O bom networking é a arte de “ser interessante sem ser interesseiro”, ou seja, não buscar uma conexão por mero interesse, mas com disponibilidade para também fornecer algo.

É preciso pensar desta forma: se, sozinho, você é capaz de tanto, imagine aliado a uma outra pessoa (ou outras pessoas), com bagagens de vida e pontos de vista diversos e ideias que podem ser complementares à sua. Essas conexões trazem um potencial de exponencialização para ideias e negócios e reforçam a importância do networking. Ademais, quando se faz networking, você tem o senso de pertencimento e de estar também colaborando para algum projeto.

Não somos ilhas, tampouco podemos progredir sozinhos. É preciso estar junto, contar com outras pessoas, ter contatos. Uma rede de networking bem construída é fator primordial de sucesso para profissionais e empresas. Ignorar essa rica ferramenta empresarial é limitar sua capacidade de crescimento, perder oportunidades e, em última análise, destinar-se ao fracasso.

Maurenilson Freire



## TJDFT e DF: dignidade e diálogo em conflitos fundiários na capital



» ROBERVAL BELINATI  
Desembargador, 1º vice-presidente  
do Tribunal de Justiça do Distrito  
Federal e dos Territórios (TJDFT)

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) e o Distrito Federal (DF), representados pelo presidente, desembargador Waldir Leôncio Júnior, e pela governadora em exercício, Celina Leão, formalizaram, nesta quarta-feira (2/7), um acordo de cooperação técnica. Esse acordo redefine o tratamento dos conflitos fundiários coletivos que afetam populações vulneráveis em nossas áreas urbanas e rurais. A meta é clara: promover soluções pacíficas com profundo respeito à dignidade humana.

Por que esse acordo é tão importante? Historicamente, despejos e reintegrações de posse, embora atos judiciais, frequentemente geravam traumas sociais severos. Famílias inteiras eram removidas sem alternativas adequadas, causando rupturas comunitárias e exclusão. Essa realidade nos impôs buscar caminhos mais humanos para a aplicação da lei.

O acordo surge nesse contexto de sensibilidade e responsabilidade social, inspirado em balizas legais, como a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828 do Supremo Tribunal Federal (STF) e a Resolução 510/2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ambas reforçam que ações estatais que impactam a moradia coletiva devem considerar a complexidade social,

priorizando o diálogo e soluções consensuais antes da remoção. Não se trata de paralisar a justiça, mas de humanizá-la.

Para concretizar esse compromisso, o TJDFT instituiu a Comissão Regional de Soluções Fundiárias (CRSF). Essa comissão multidisciplinar, composta por servidores, magistrados e representantes da sociedade civil, atua como um espaço de escuta ativa, diálogo construtivo e proposição de alternativas viáveis.

A CRSF pode ser acionada em caso de conflito fundiário. Suas atribuições incluem: visitas técnicas detalhadas, conversas diretas com ocupantes e lideranças e a elaboração de planos de ação minuciosos para cumprimento pacífico de decisões judiciais. O foco é sempre buscar medidas alternativas à remoção forçada, priorizando a mediação e conciliação.

Ao lado do Judiciário, o Distrito Federal assume um papel crucial. Cabe ao DF, por meio de seus órgãos, participar ativamente das atividades da CRSF, com representantes que tenham poder de gerenciar e transacionar durante as negociações.

O DF se compromete a garantir o cadastramento detalhado das famílias ocupantes e a identificação de seu perfil socioeconômico. Essa medida é vital para soluções personalizadas e eficazes. A partir desse diagnóstico, o DF assegurará a inclusão dessas famílias em políticas públicas habitacionais e de assistência social. O objetivo é proteger seus direitos básicos e evitar o desamparo social.

Um ponto central e inovador é a adoção de medidas concretas para a realocação das famílias quando a remoção for inevitável. O DF se compromete a indicar locais adequados para reassentamento, promover acompanhamento social contínuo

(via Conselho Tutelar e serviços públicos de assistência) e garantir que nenhuma família seja deixada à margem dos programas de apoio. Isso solidifica a responsabilidade estatal em oferecer uma rede de proteção.

Esse arranjo interinstitucional é mais que uma formalidade jurídica. É a materialização de um novo paradigma na administração da justiça e na gestão de políticas públicas. Nele, o Estado age com responsabilidade, sensibilidade e escuta ativa. Ao priorizar a mediação e evitar medidas traumáticas e desumanas, damos passos decisivos na construção de uma justiça mais humana e acessível.

O acordo tem vigência inicial de cinco anos, prorrogável, o que nos dá um horizonte robusto para consolidar essa metodologia. É vital destacar que a iniciativa não envolve transferência financeira entre as partes; cada instituição arca com as próprias despesas, reforçando o caráter técnico e colaborativo. A fiscalização será conjunta e transparente. Todas as ações respeitarão a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e os códigos de ética, assegurando integridade e confiança.

Como 1º Vice-Presidente do TJDFT, afirmo que esse acordo reflete os valores essenciais do Judiciário: legalidade com humanidade, técnica com sensibilidade e direito com justiça social. Essa proposta pioneira coloca o Distrito Federal como uma referência nacional no tratamento de conflitos fundiários, inspirando outros a adotar modelos semelhantes.

Conflitos fundiários não são só disputas legais; são questões humanas complexas que exigem soluções humanas. E é com dignidade que devemos tratar cada pessoa, comunidade e história impactada.